OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	120.361	39.503		
DEPÓSITOS				
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO				

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	121.291	266.941		
Passivo Atuarial	121.291	266.941		
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (V) ¹	594.015	674.352		
Disponibilidade de Caixa Bruta	27.195	20.952		
Investimentos	566.848	653.719		
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	28	318		
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	(472.724)	(407.411)		

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira"

OBSERVAÇÃO: Republicado por ter apresentado divergências nos valores. A publicação original pode ser encontrada na edição do DOE nº 31.699 de 01 de julho de 2010.

Hélio Santos de Oliveira Goes

Diretor de Contabilidade e Gestão Fiscal

José Carlos dos Santos Damasceno**Mary Joyce White Rocha**

Secretário de Estado da Fazenda em exercício
Auditora Adjunta

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****JANEIRO A AGOSTO/2010****REPUBLICAÇÃO**

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ Milhares

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.751.523	2.745.759	3.089.096	
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	2.737.146	2.738.489	3.081.826	
Interna	2.426.306	2.421.657	2.736.598	
Externa	310.840	316.832	345.228	
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	14.377	7.269	7.269	
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (II) ¹	843.939	1.286.433	1.457.758	

Disponibilidade de Caixa Bruta	999.690	1.367.433	1.518.952	
Demais Haveres Financeiros	27.977	20.059	15.033	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	183.729	101.059	76.226	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	1.907.584	1.459.325	1.631.338	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.997.163	8.505.213	8.679.846	
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	34,41	32,28	35,59	
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	23,85	17,16	18,79	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	15.994.326	17.010.426	17.359.691	

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS				
De Tributos	336.047	316.426	292.572	
De Contribuições Sociais	5.899	5.858	5.491	
Previdenciárias	330.148	310.569	287.081	
Demais Contribuições Sociais	312.614	296.574	278.428	
Pasep	2.502	2.502	829	
Do FGTS	15.032	11.492	7.824	
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	2.737.146	2.738.489	3.081.826	

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA				
DEPÓSITOS	120.361	39.503	58.754	
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO				

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	121.291	266.941	266.941	
Passivo Atuarial	121.291	266.941	266.941	
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (V) ¹	594.015	674.352	759.492	
Disponibilidade de Caixa Bruta	27.195	20.952	5.473	
Investimentos	566.848	653.719	755.126	
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	28	318	1.107	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	(472.724)	(407.411)	(492.551)	

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

OBSERVAÇÃO: Republicado por ter apresentado divergências nos valores. A publicação original pode ser encontrada na edição do DOE nº 31.764 de 01 de Outubro de 2010.

Hélio Santos de Oliveira Goes

Diretor de Contabilidade e Gestão Fiscal

Vando Vidal de Oliveira Rego

Secretário de Estado da Fazenda

Mary Joyce White Rocha

Auditora Geral do Estado

TERMO DE CESSÃO DE USO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 181441

Nº Termo de Cessão de Uso: 004/2010

Objeto: Cessão de Uso de bem imóvel de propriedade do Estado do Pará/Secretaria de Estado da Fazenda, localizado na av. São Vicente Ferrer nº 142, Município de Inhangapi, Estado do Pará, com exclusiva finalidade de sua utilização pelo CESSIONÁRIO, para a instalação da Promotoria de Justiça.

Partes: Secretaria de Estado da Fazenda e Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 16/11/2010.

Ordenador Responsável: Vando Vidal de Oliveira Rego, Secretário de Estado da Fazenda.

EDITAIS INTIMAÇÃO TARF NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 181519 TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

1- A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, Belém-Pará, FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica intimada N A MARTINS MONTEIRO., Inscrição Estadual n. 15.174.650.8, da decisão do Pleno do Tribunal, prolatada na sessão realizada em 26/08/2010, relativa ao Processo n. 01173002328-7, AINF n. 031936, que deu provimento ao Recurso de Reconsideração n.050, conforme acórdão n 297-PLENO

Informa que, uma vez esgotada a possibilidade de discussão administrativa da matéria, o crédito tributário declarado devido em segunda instância será encaminhado para inscrição em dívida ativa, consoante art. 49, II, c.c art. 52, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998.

2 - A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, Belém-Pará, FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica intimada N A MARTINS MONTEIRO., Inscrição Estadual n. 15.173.881-5, da decisão do Pleno do Tribunal, prolatada na sessão realizada em 26/08/2010, relativa ao Processo n. 01173001940-9, AINF n. 38695/38696, que deu provimento ao Recurso de Reconsideração n.073, conforme acórdão n 298 - PLENO

Informa que, uma vez esgotada a possibilidade de discussão administrativa da matéria, o crédito tributário declarado devido em segunda instância será encaminhado para inscrição em dívida ativa, consoante art. 49, II, c.c art. 52, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998.

3 - A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, Belém-Pará, FAZ SABER, que pelo presente Edital, fica intimada PARAENSE LAVANDERIA LTDA., I.E. n. 15.133.932-5, nos termos do art. 14, III, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da presidência do Tribunal, que indeferiu liminarmente o Recurso de Revisão n. 1394, Processo n. 012009730008677-1, em razão do não atendimento ao pressuposto de admissibilidade, conforme decisão.

Informa que, uma vez esgotada a possibilidade de discussão administrativa da matéria, o crédito tributário declarado devido em segunda instância será encaminhado para inscrição em dívida ativa, consoante art. 49, II, c.c art. 52, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, são passados os presentes EDITAIS, que serão publicados no Diário Oficial do Estado e afixados no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 23 de novembro 2010. Eu, Ana Lindalva Silva de França Chaves, lavrei o presente. E eu, Delmira Naiff de Mendonça Mendes, chefe da Secretaria Geral conferi e subscrevi.